

Comunicação Comunitária e Educomunicação como tecnologia mobilizadora e participação juvenil: um estudo de caso de Vozes Daqui de Parelheiros e Memórias em Rede

Community Communication and Educommunication as a mobilizing technology and youth participation: a case study of Vozes Daqui de Parelheiros and Memórias em Rede

Jade Gonçalves Castilho Leite¹

Claudemir Edson Viana²

Gabriel Razo da Cunha³

Giulia Beatrice Pimentel⁴

Resumo: O artigo apresenta as relações possíveis entre a comunicação comunitária e a educomunicação, enquanto tecnologia mobilizadora da participação cidadã, especialmente a juvenil. Por meio de um estudo de caso dos projetos Vozes Daqui de Parelheiros e Memórias em Rede, o presente trabalho busca evidenciar como ambas as práticas comunicativa e educacional podem promover o diálogo e a emancipação dos sujeitos. As iniciativas realizadas em Parelheiros, São Paulo capital, e em Santos, no litoral do estado, exemplificam como comunidades periféricas, por intermédio da comunicação comunitária e da educomunicação, conseguem mobilizar seus territórios, desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e dialógicos e, além disso, exercer sua cidadania.

Palavras-chave: Educomunicação; Comunicação comunitária; Cidadania; Protagonismo; Território.

Abstract: The article presents the possible relationships between community communication and educommunication, as a technology that mobilizes citizen participation, especially the youth. Through a case study of the Vozes Daqui de Parelheiros and Memórias em Rede projects, this work seeks to highlight how both communicative and educative praxis can promote dialogue and emancipation of subjects. The initiatives carried out in Parelheiros, São Paulo the capital, and in Santos, on the state shore, exemplify how peripheral communities, through community communication and educommunication, are able to mobilize their territories, develop open and dialogical communicative ecosystems and, in addition, exercise their citizenship.

Keywords: Educommunication; Community communication; Citizenship; Protagonism; Territory.

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Brasil. E-mail: jadegcleite@usp.br.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Professor na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (USP), na Licenciatura em Educomunicação e no Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação. E-mail: profclaudemirviana@usp.br.

³ Mestrando em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: gabrielrazo@usp.br.

⁴ Mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: giuliabeatrice@usp.br.

Introdução

O direito humano à comunicação tem sido amplamente debatido e reconhecido em diversos instrumentos legais e órgãos internacionais nas últimas décadas. Dois conceitos precedentes inauguram esse debate: o direito à informação e a liberdade de expressão (United Nations Humans Rights, 1998), presentes no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948⁵.

Apesar de importantes, os conceitos de liberdade de expressão e direito à informação não englobam a dimensão do direito à comunicação. Somente após a publicação do *Relatório MacBride*, também conhecido como *Um Mundo e Muitas Vozes*, na década de 1980 pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que as discussões a respeito desse direito ganham força (Alcuri, Lugon, Carvalho, Zôrzo, 2012).

É no artigo 5º da Constituição Federal de 1988⁶ que o conceito do direito à comunicação aparece pela primeira vez no Brasil. Porém, é somente por meio do Decreto no 7.037 de 21 de dezembro de 2009⁷, instituindo a 3ª edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, que esse direito é oficialmente reconhecido. A Diretriz 22 expressa a “Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos” (Brasil, 2009).

Contudo, é na mão de poucos grupos que se concentram os meios de comunicação no Brasil. Segundo o relatório *MOM-Brasil* (Media Ownership Monitor Brasil, s.d., on-line)⁸, apenas cinco grupos, ou seus proprietários individuais, detêm o controle de mais da metade dos veículos de comunicação no país. São esses que produzem informações a partir de seus próprios interesses religiosos, econômicos, políticos e sociais. Isso representa um risco para a democracia no Brasil.

Nesse cenário, os movimentos populares constituíram a prática da comunicação comunitária a partir da necessidade da apropriação das técnicas dos meios de comunicação para fortalecerem suas pautas e canais comunicacionais entre si e com o público (Peruzzo, 2007, p.

⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos em português. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 20/03/2025.

⁶ Constituição da República Federal do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10/03/2025.

⁷ Decreto nº 7037. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 20/03/2025.

⁸ Proprietários. (n.d.). Media Ownership Monitor. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em: 31/03/2025.

2-3). A comunicação passa a ser vista pela sua dimensão política, sendo a comunicação comunitária no Brasil um fenômeno importante de estudos.

Entende-se como comunicação comunitária a prática que se dedica ao relato dos fatos de uma determinada comunidade. É por meio dela que se promove o resgate individual e coletivo dos sujeitos a partir da valorização da cultura local, da coletividade e da noção de pertencimento, que até os anos de 1990, considerava-se um instrumento de mobilização e uma necessidade de expressão dos movimentos sociais. Aos poucos, vem sendo agregada a noção de acesso aos meios de comunicação como um direito de cidadania. Com isso, a comunicação comunitária se mostrou uma oportunidade de proporcionar aos indivíduos o exercício de uma cidadania e do seu direito à comunicação de forma protagonista, e não somente como mero espectador. Dessa forma, o cidadão teria condições de participar de maneira ativa do processo de construção e compartilhamento de notícias e outras mídias.

O *corpus* de atuação e prática da comunicação comunitária certamente se relaciona com a educomunicação, justamente por possibilitar ações de protagonismo da comunidade. Nesse cenário, o indivíduo é produtor da reflexão e do conteúdo a comunicar, sendo agente no processo de construção social. A educomunicação, além de unir os dois conceitos – educação e comunicação – na dimensão humana, estabelece uma relação interdependente entre eles e a ação, situando-se em local de interface. A educomunicação qualifica as relações através de pressupostos como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos de informação (Soares, 2011). Ela surge como uma área de mediações, criando ecossistemas comunicativos que sejam instrumento no eixo norteador dos processos educativos e como parte do princípio de que educar pela comunicação e desenvolver uma relação de interdisciplinaridade e interdiscursividade, são fundamentais para a formação de um indivíduo.

2 Metodologia

Com o intuito de afastar uma visão simplista da análise, considerando “enorme complexidade e também uma perigosa tendência a abordagens segmentárias e reducionistas” (Immacolata, 2012, p. 109) na área da comunicação, o presente trabalho, por meio de um estudo de caso dos projetos “Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros” e o “Memórias em Rede”, analisou como as ações de comunicação comunitária, ancoradas nos pressupostos da educomunicação, se caracterizam como forma de mobilização social, de

desenvolvimento do protagonismo de crianças e jovens e do exercício do direito humano à comunicação.

Esse trabalho é uma pesquisa participante com abordagem qualitativa. A pesquisa participante se caracteriza pelo envolvimento do/a pesquisador/a com os sujeitos investigados (Gerhardt; Silveira, 2009), e parte de uma análise de mídias produzidas, relatos dos jovens, e outros componentes considerados pertinentes para a compreensão e correlação dos materiais, levando em consideração a forma de ação desses dois projetos sociais de organizações sociais atuantes em territórios periféricos. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa tem seu foco nas questões da realidade que não são possíveis de serem quantificados, “centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, tendo como principais características:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32).

Os objetivos desta investigação acompanham o que Peruzzo (2003) destaca nas investigações sobre novos processos comunicativos existentes, como é o caso das duas experiências aqui apresentadas:

[...] em geral, a motivação é compreender de modo sistemático e com base científica, os processos de comunicação existentes, como forma de identificar suas inovações, virtudes e avanços, mas também as falhas, desvios de práticas comunicacionais, levantar as práticas participativas e de gestão, entender os mecanismos de recepção de mensagens e auscultar as aspirações dos receptores de modo a aperfeiçoar o trabalho desenvolvido nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance comunitário ou local. Paralelamente poderá ter a preocupação de documentar a história das experiências consideradas relevantes e dignas de serem registradas e dadas a conhecer a outros públicos – como o acadêmico – e ao conjunto da sociedade (Peruzzo, 2017, p. 174).

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar experiências de sujeitos e sujeitas participantes dos projetos citados e dialogá-las com a perspectiva teórico-prática da educomunicação, enquanto tecnologia mobilizadora, e da comunicação comunitária na qualidade de estratégia e ferramenta da promoção da cidadania.

3 A comunicação comunitária por meio de projetos: um estudo de caso de “Vozes Daqui de Parelheiros” e “Memórias em Rede”

A Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros⁹, um projeto social coordenado pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC e pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD, organizações sociais que atuam em Parelheiros, região sul da cidade de São Paulo, que ocupa 25% do município e é responsável pelo fornecimento de parte das águas consumidas na região metropolitana, o que é importante para a renovação do ar, já que possui duas Áreas de Proteção Ambiental, as APAs Municipal Bororé-Colônia e Capivari-Monos, além de produzir alimentos orgânicos que abastecem a cidade.

Porém, esse território também enfrenta muitos desafios. Os dados do Mapa da Desigualdade 2023¹⁰ (Rede Nossa São Paulo, 2023), revelam que o território apresenta altos índices de mulheres vítimas de feminicídio, além de ser o 7º maior índice de agressões por intervenção policial. A região possui o pior índice de mortalidade materna e o 9º pior índice de tempo médio para consultas na atenção básica. Dados públicos não identificam espaços culturais independentes na região. Ainda tem o 3º pior índice de áreas contaminadas.

É nesse contexto que, desde 2020, essa Agência produz conteúdos audiovisuais, *podcast* e oficinas em comunicação com a comunidade de Parelheiros, principalmente para as juventudes, uma vez que, dos seus 157.357 habitantes, 51,06% são meninas e mulheres, tem a 3ª maior porcentagem de pretos e pardos da cidade, a 1ª maior porcentagem de população jovem (0 a 29 anos) e de crianças de 0 a 6 anos da capital paulista, segundo dados do Mapa da Desigualdade 2023 (Rede Nossa São Paulo, 2023). A Agência defende que o acesso à informação e a produção de conteúdos nos meios de comunicação são direitos humanos e faz parte do exercício da cidadania. Tem como premissa a produção de outras narrativas sobre o território a partir da abundância e diversidade cultural, artística, ambiental e humana, ancoradas nos pressupostos da educomunicação.

⁹ Perfil Vozes Daqui de Parelheiros no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/vozesdaquideparelheiros/>>. Acesso em: 07/04/2025.

¹⁰ Mapa da desigualdade de São Paulo. Disponível em: <<https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>>. Acesso em: 25/03/2025.

Até 2023, o Vozes Daqui de Parelheiros formou 687 pessoas em 21 oficinas realizadas em temas diversos como Comunicação Comunitária, Comunicação e *Advocacy*, uso de *WhatsApp* e outros aplicativos mensageiros, Comunicação democrática, *Design* com *Canva*, Algoritmos, Escrita na *Internet*, Discurso de Ódio e Notícias falsas contra mulher na *internet*, Fotografia, *Podcast*, Produção Audiovisual, Jornalismo de Quebrada, Roteiro Audiovisual, Câmara Mágica e de Desenho, Pinhole, Comunicação e Memória. Aqui, pode-se observar como o projeto tem o compromisso com a formação técnica e crítica do seu público, onde os temas das oficinas não possuem o viés tecnicista, mas um desenvolvimento para a criticidade dos meios de comunicação.

Ainda o projeto possui o *podcast* intitulado *Vozes Daqui de Parelheiros*, que desde 2022 trabalha com séries temáticas. Neste mesmo ano, produziu a série *Olho-vivo nos planos de leitura*, que discutiu a criação e o desenvolvimento dos Planos Municipais do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – PMLLLB de três cidades do Brasil. Outro tema tratado foi sobre a saúde sexual de populações vulnerabilizadas com o “Comunicação PositiHIVa: Cuidando da Saúde da População negra e periférica”. Em 2023, criou a série *Futebol Feminino de Quebrada*, onde trouxe as vozes de mulheres que se dedicam ao esporte e mobilizam comunidades para quebrar as barreiras de gênero no futebol. Os temas abordados são diversos, evidenciando o compromisso do projeto na prática com a renovação das narrativas sobre o território com pluralidade e evidenciando as suas potências, indo na contramão da mídia hegemônica que geralmente retrata os territórios periféricos pela ótica da escassez.

No audiovisual o projeto desenvolve a série documental *Memórias de Parelheiros*, onde registra as histórias de vida dos habitantes de Parelheiros, buscando preservar as vivências que permearam o território ao longo dos anos. A série é produzida a partir da Tecnologia Social da Memória (TSM), ao qual o coletivo se constitui como um núcleo, uma metodologia desenvolvida pelo Museu da Pessoa, que busca estimular comunidades de diferentes locais, perfis e trajetórias, a construir, organizar e socializar histórias e valorizar as experiências e os saberes das pessoas.

Em sintonia com esses pressupostos educacionais, nasceu o Instituto Devir Educom¹¹, com projetos em escolas públicas, creches e abrigos de Santos, município da Baixada Santista, localidade que possui incentivos no setor tecnológico para atrair ações

¹¹ Instituto Devir Educom. Disponível em: <<https://www.devireducom.org.br/>>. Acesso em: 07/04/2025.

inovadoras, objetivando a união de pesquisa e setor produtivo. Mas, mesmo com o fomento ao desenvolvimento tecnológico, é uma cidade com sérias disparidades sociais. Com uma população total de 418.608 pessoas e um território de 281,033km² (IBGE, 2022)¹², formado por 9 municípios: Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Santos e Cubatão, a região possui também as maiores favelas de palafitas do Brasil, segundo levantamento do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP, 2023)¹³, e um Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) que concentra níveis na maior parte de seu território, de média a alta vulnerabilidade, e diversos focos classificados como “aglomerados urbanos subnormais”, dos quais popularmente conhecidos como comunidades ou favelas (IPVS, 2023)¹⁴.

A Tecnologia Social da Memória (TSM), unindo-se ao jornalismo e à educação midiática na perspectiva da educomunicação para os mais variados ecossistemas sociais, é utilizada também na realidade do município de Santos, através do projeto Memórias em Rede, realizado pelo Instituto Devir Educom. A iniciativa leva o jornalismo, a educação midiática e a tecnologia social da memória para a escola, atuando com estudantes na função de repórteres, que tecem e ressignificam suas histórias afetivas e a de cidadãos comuns na relação direta e indireta com a cidade e com a escola.

O projeto Memórias em Rede prevê a promoção de um ecossistema educacional que funciona pela união de dinâmicas pedagógicas, oficinas e rodas terapêuticas, inseridas nos contextos vividos e trazidos pelas crianças e jovens, a partir de suas experiências cotidianas, necessidades psicológicas, sociais e culturais, envolvidos no contexto de seu território físico e digital. Foram atendidas 110 crianças, entre 6 e 10 anos de idade, na creche e abrigo da Casa Vó Benedita, e jovens dos 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II das escolas municipais UME Avelino da Paz Vieira, UME Vinte e Oito de Fevereiro, UME Cidade de Santos e UME Mário de Almeida Alcântara.

¹² Santos. Cidades e estados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/santos.html>>. Acesso em: 20/03/2025.

¹³ Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial – Levantamento de dados: área regional – Santos. Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.mpsp.mp.br/documents/20122/1481760/Levantamento%20dados%20regionas%20NAT%20-%20%20PGA%20Santos%202023%20%281%29.pdf/9cbc485d-3fec-9887-a2d9-8a314296b5bf?t=1701717776959>>. Acesso em: 20/02/2025.

¹⁴ Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Disponível em: <<http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php>>. Acesso em: 20/03/2025.

4 As vozes presentes nos projetos: o fomento aos diálogos

O espaço de cidadania é aquele onde as experiências e sentimentos são validados, a fala de cada um é reconhecida, as necessidades essenciais são atendidas, e a criança, o jovem e o adulto têm seus sonhos considerados. Para isso, é necessário que haja escuta em relação, pois “o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (Freire, 2020, p. 42-43). Para Freire, somos detentores do direito de sermos sujeitos de nossas vivências no mundo: “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos” (Freire, 2020, p. 29). Nesse sentido, o pensamento freiriano aponta que conhecer é uma dimensão humana, enquanto uma tarefa de todo ser humano que tem, portanto, e por direito, seu espaço de cidadania.

Ações realizadas nos projetos aqui analisados neste estudo de caso, oportunizam esse espaço de maneiras diversas, como a vivência que se criou para diálogo com as crianças da Casa Vó Benedita, do projeto Memórias em Rede sobre o “Dia da Infância”. A data comemorativa do calendário oficial do país foi usada para o apoio ao exercício de cidadania na infância, com a proposição de uma roda de conversa sobre o bairro onde elas moram, com o objetivo de compreender o que as conecta com os espaços, onde constroem histórias e quais são as memórias afetivas que possuem com os territórios e em comunidade.

Ao ser perguntado o que as crianças não gostam no bairro onde moram e o que acham que precisa ser melhorado, abre-se espaço à escuta e à validação do olhar delas sobre seu território, compreendendo os aspectos que envolvem a relação sujeito-lugar, e respostas como “a vizinha que só grita”, “do povo – gritos e confusão”, “lixo na rua”. são percebidas por elas e afetam seu cotidiano. A partir dessas verbalizações, é necessário o questionamento de como será que as crianças desde muito novas, sentem o mundo, e são influenciadas culturalmente por ele, pela cidade, pela escola, pelo vizinho e pelo indivíduo que joga o lixo no chão e que não se percebe responsável pela vida da comunidade. Nesse brincar de pensar, elas revelaram as potências do bairro sob sua perspectiva “do que mais gostam nele”: como “a rampa da catraia”, “de comer açaí na rua Pego Júnior”, “empinar pipa na rua de casa”, “de algumas pessoas da vizinhança”, “jogar bola na rua Dr. Silvério Fontes”. Percebe-se, disto, experiências significativas de afeto, e os aspectos nestas falas denotam a presença e a apropriação do espaço público por elas.

O espaço de fala entre pares, existente nos projetos, gera a oportunidade de, não só verbalizar a experiência, mas pensar sobre ela com as outras tantas experiências trazidas pelo

outro e pela equipe, e que se relacionam em seus aspectos comunitários e territoriais. Esse espaço para diálogo, é espaço de encontro para “ser mais”, como constantemente traz Paulo Freire (2020). Um espaço que, na ação dialógica, a manipulação cede seu lugar à verdadeira organização, no sentido de tomar consciência sobre si, seu espaço e suas possibilidades de vida, de acordo com Freire. Para o autor, o povo, ao vivenciar uma “teoria da ação opressora” (2020), se encontra no sistema de poder experienciado por toda a população. Nesse enfrentamento, para que não se mantenha a desigualdade de forças historicamente mantidas, é necessário que haja uma organização para uma nova, esperançosa e diferente teoria, que vise a libertação. “Toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la (...) ora no de transformá-la” (Freire, 2020, p. 245).

Portanto, projetos que permitam espaços de reflexão sobre como as próprias experiências afetam suas percepções e condicionam sua vivência no mundo, tornam-se locais de discussão cultural, e configuram-se, dentro da lógica freiriana, um ato político. Para que haja uma compreensão mais efetiva desses aspectos anteriormente citados, oportunizando o desenvolvimento de senso crítico em suas diversas camadas, ainda que de forma lúdica para crianças bem pequenas, as atividades dos projetos são relacionais ao longo dos vários encontros semanais, utilizando-se de ferramentas diversas. Para ganhar novos contornos, fortalecer o senso de pertencimento e importância da brincadeira de pensar sobre seu bairro, por exemplo, todas as expressões e impressões das crianças em rodas de conversa são escritas em folhas, que além de servirem como material visual para o *Instagram* do projeto, surgem como ponto de partida para as crianças entrevistarem “autoridades” fora da creche.

Alguns jovens um pouco mais velhos, com idade a partir de 14 anos, têm a oportunidade de enxergarem-se cidadãos, com o mesmo espaço de escuta e validação de suas histórias e sentimentos. Contextos sociais mais complexos são trazidos para as atividades em conjunto, e maneiras de oportunizar a participação fora da sala de aula ocorrem com frequência, onde os jovens são incentivados a fazerem a cobertura de onde visitaram, dos vários encontros e eventos, como o debate sobre Comunicação e Inteligência Artificial realizado pelo *A Região em Pauta* do grupo Globo, da TV de Santos. Na ocasião, os estudantes participantes do Memórias em Rede puderam apropriarem-se do local, dialogando com outros integrantes da iniciativa, roteirizando debates, dialogando com profissionais da área e produzindo materiais midiáticos para divulgação nas mídias sociais digitais do Instituto. A participação na comunicação no projeto Memórias em Rede se mostra como um mecanismo facilitador, fomentando a ampliação da cidadania.

O potencial sensível dos meios comunitários de comunicação reside na possibilidade de ampliar as relações evidentes entre Comunicação e Educação, com o uso de propostas de produção coletiva, inclusive na perspectiva da educomunicação entre suas atividades. Com isso, é possível pensar, sob a luz dessa perspectiva, nas maneiras de agenciar tal potencial educativo, em sua afinidade com os princípios de cooperação e solidariedade, fundamentais para o fortalecimento de indivíduos e grupos (Leite; Meliani, 2024, p. 181).

Karolyne Lira da Silva, 15 anos, é participante do Memórias em Rede. Para ela, o projeto a ajuda a se autoconhecer, de maneira a apoiar suas ideias e fomentar sua formação. Ela se tornou, este ano, Jovem Vereadora de Santos pela Prefeitura de Santos, junto com outros 20 jovens da cidade também eleitos, e compreende seu estar no mundo de uma maneira cidadã e potente. “O poder público tem que servir ao povo, não estar acima do povo. Como jovem na política, estou lá não para fazer o que eu bem entendo, mas sim para ajudar quem eu estou representando” (Entrevista cedida aos autores da pesquisa, 2024).

Fabiana Moraes, em *A pauta é uma arma de combate* reforça, como aspecto fundamental da comunicação, contribuir para reflexões sobre as relações discursivas com grupos sociais historicamente oprimidos. “Tirar a subjetividade do armário significa colocar também à mesa as relações violentas que aprendemos a esconder no discurso” (2022, p. 102). Nicolas Tomaselli Pita, aluno participante do projeto, dialoga com Moraes ao expor aspectos essenciais presentes nas atividades do Memórias em Rede:

O Memórias é um desses projetos que a gente não precisa de caneta, a gente não precisa de caderno, a gente não precisa de nada disso pra conseguir aprender, pra conseguir absorver o projeto, porque aqui onde a principal forma da gente aprender, da gente se conhecer, da gente entender o mundo à nossa volta, é através da comunicação, é através dessas rodas de conversa, esse conhecimento, ele faz parte da gente, ele entra na gente toda aula que a gente fica, a gente não precisa anotar no caderno, ele fica dentro da gente. Eu tava percebendo isso, porque por mais que às vezes eu não lembre de um assunto de uma aula, de um assunto de outra aula, eu sei que eles estão sempre dentro de mim, eu sei que eles me moldaram, que eles me fizeram ser quem eu sou hoje, me fizeram pensar da forma como eu penso hoje. Isso é muito importante, porque nos tempos atuais, que é o tempo da mudança, a gente entender pra onde a gente tem que mudar, a gente entender o lado certo, é algo muito importante, e o Memórias em Rede é um projeto que ensina a educomunicação, a educação midiática, a educação horizontal, que faz com que a gente se sinta exatamente nos nossos lugares, que é o lugar da pessoa que ensina, de uma pessoa que também aprende ao mesmo tempo e isso faz com que nos tornemos pessoas melhores (Entrevista cedida aos autores da pesquisa, 2024).

Sob esse olhar, atua o projeto Memórias em Rede, que visa contribuir para a formação dos sujeitos atuantes em suas comunidades desde a infância, promovendo o fortalecimento das relações, estimulando-os à pesquisa, à criticidade, à criatividade, e ao consumo e à produção de

informação de modo consciente, ético e responsável. Assim como também se dão as ações do projeto Vozes Daqui de Parelheiros, que vem evidenciando como a participação ativa de representantes da comunidade, ancoradas nos pressupostos da educomunicação, promove relações horizontais a partir da produção comunicativa verdadeiramente construída coletivamente, indo na contramão de tendências hegemônicas das produções comunicativas.

[...] entende-se que o universo da educomunicação, como tecnologia de mobilização social na promoção de políticas públicas, perpassa o processo educativo e comunicativo de aprendizado sobre a mídia e de leitura do mundo, a partir da promoção de um olhar crítico, um ambiente de mediação e troca equiparada entre os indivíduos, com o intuito de produzir conhecimento, gerar independência, autonomia, responsabilidade e, até mesmo, respeito e igualdade nas relações sociais (Leite; Viana, 2024, p. 176).

Vale destacar que, no caso do projeto Vozes Daqui de Parelheiros, organizações sociais, como o IBEAC, desempenham um papel crucial no fortalecimento da comunicação comunitária no território, contribuindo com seu repertório, ativando e articulando redes de parceiros(as) atuais e potenciais, buscando e gerindo recursos financeiros, aplicando metodologias de gestão que valorizam as expertises e os saberes dos(as) comunitários(as), além de oferecer formações e capacitações aos(as) envolvidos(as).

As produções da série *Memórias de Parelheiros* colaboram também para a valorização da memória do território, a partir das memórias registradas em vídeo das moradoras entrevistadas. Nesse sentido, essas produções demonstram outras possibilidades contra hegemônicas de produção de conteúdo. Essas produções também possibilitaram por luz nos sonhos dessas personagens, como pode ser visto na transcrição das falas a seguir, trabalhando também autoestima comunitária.

“O meu grande sonho é ver a minha família feliz e escrever o meu livro de poesias”
(Iara Vaz – Moradora do Bairro Nova América).

“O meu maior sonho é ter oportunidades, ter paz e ser reconhecida pelo que eu faço”
(Cleide Jacarandá – Moradora do Bairro Vargem Grande).

“O meu sonho é continuar fazendo o que faço e levar mais alegria para as pessoas”
(Day Carolina – Moradora do Bairro Vargem Grande).

“Meu sonho é conhecer Guiné-Bissau, no continente africano, para me conectar cada vez mais com a minha ancestralidade” (Sidineia Chagas – Moradora do Bairro Barragem).

“Desde criança venho sonhando em ser cantora” (Lu Senna – Moradora do Bairro Pescador).

A possibilidade de sonhar para e com grupos sociais vulnerabilizados, também é um ato revolucionário. Poder sonhar, achar-se em espaço disto, é considerado nestes projetos, um direito.

5 Considerações finais

“Cabe pensar nas consequências do jornalismo declaratório baseado na defesa do ‘fato’, como se essa escolha também não guardasse hierarquizações, violências, juízos e propósitos” (2022, p. 89) como aponta Fabiana Moraes, inserindo a reflexão necessária que “o jornalismo não pode deixar de ser partícipe, como um campo de saber e de poder, dos debates sobre uma democracia que nunca se realizou para a maioria da população” (2002, p. 86) demandando ação resiliente a esse cenário por parte de todas as instituições de comunicação.

A amplitude e variedade de ações, temas e linguagens do Vozes Daqui de Parelheiros e do Memórias em Rede, exemplificam como comunidades periféricas, desassistidas pelo poder público e somente narradas pelas suas dificuldades por meio da mídia hegemônica, utilizam a comunicação para mobilizar territórios e direitos, engajar sua comunidade, evidenciar as suas potencialidades e, assim, entenderem a si inseridos em seu território, conseguindo se ver como sujeitos críticos, inclusive, desde a infância. Demonstra, portanto, como a educomunicação como uma tecnologia social pode ser uma estratégia de impacto social em territórios periféricos, possibilitando também crianças e jovens exercerem seu direito à voz e à consciência crítica cidadã.

A comunicação comunitária, seja dentro ou fora do espaço escolar, quando fundamentada nos princípios da autonomia e da criticidade, com os indivíduos atuando como protagonistas na reflexão de seu cotidiano e na forma de falar com a sociedade, constitui-se numa forma de exercer o direito humano à comunicação, assim como a democracia e a cidadania. Por fim, as reflexões e questões trazidas neste texto buscaram contribuir para o debate entre as relações da educomunicação com a comunicação comunitária e como esse exercício defende o direito humano à comunicação e ao conhecimento como bandeira de amor e de luta.

Referências

ALCURI, G., Lugon, J., Carvalho, L., & Zôrzo, N. (2012). **O Relatório MacBride–História, importância e desafios**. Simulação das Nações Unidas para secundaristas, p. 143-165.

DE OLIVEIRA SOARES, I. Educomunicação: O conceito, o profissional, a aplicação. **Contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira - 22ª edição – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, T. S. **Métodos de pesquisa**. Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (org.); coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LEITE, Jade Gonçalves Castilho; MELIANI, Mirian. Educomunicação e Jornalismo Comunitário: a criação de novos contratos comunicacionais emancipatórios. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 15, n. 30, 2024.

LEITE, Jade Gonçalves Castilho; VIANA, Claudemir Edson. Educação em Saúde: a Educomunicação como tecnologia de mobilização social. **Revista Mediação**, v. 26, n. 36, 2024.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 11. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. Ed. – Porto Alegre, RS: Arquipélago, 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos. Anais. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-BH/MG-2 a**. 2003.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

VOZES DAQUI DE PARELHEIROS. **Memórias de Parelheiros**. Temp. 1. Mulheres Inspiradoras. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLY-dAXg9MlysuFeU3a2iXpBntDZhUURWy>>. Acesso em: 31/03/2025.

Recebido em: 07/04/2025

Aceito em: 06/06/2025